

O IMPACTO SOCIAL DAS REMOÇÕES FORÇADAS NO COTIDIANO DE ALUNOS DO RIO DE JANEIRO

Livia De Araújo Rodrigues ¹

Walcéa Barreto Alves ²

Universidade Federal Fluminense ^{1 2}

liviageouff@gmail.com ¹; walcea@yahoo.com.br ²

Introdução

As reflexões em torno do assunto mídia e educação vêm sendo aprofundadas há várias décadas dado a constatação de sua influência na formação do sujeito contemporâneo e da necessidade em explorar o assunto diante do rápido desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação. Tradicionalmente, a sociedade atribuiu a instituições escolares a responsabilidade na formação do indivíduo, tendo em vista a transmissão cultural e o conhecimento acumulado historicamente.

É neste sentido que o presente estudo, em fase preliminar, mobiliza o conhecimento geográfico e, mais precisamente, apresenta breves reflexões sobre a abordagem geográfica na análise de indicadores sociais e informações que giram em torno da escolarização, investigando as relações existentes entre a inclusão digital e a inclusão social. Para tanto, o trabalho visa recuperar a narrativa de estudantes removidos arbitrariamente para áreas periféricas da cidade, analisando como as políticas educacionais se espacializam através do processo de segmentação territorial, reduzindo, ou não, a oportunidades de acesso a tecnologias digitais dos estudantes de escolas mais distantes do centro e, que porventura, disponham menos recursos.

A presente pesquisa justifica-se pelo fato de entender como relevante compreender a visão do aluno sobre sua relação com o novo espaço habitado, suas dificuldades de acessibilidade a serviços e de adaptação ao lugar, analisando, através de suas narrativas, suas trajetórias de afetividades e aflições. A partir disto, a pesquisa avaliará o possível impacto das mobilidades forçadas na desigualdade de acesso a tecnologias digitais por estudantes e a influência direta desta remoção forçada no processo de abandono escolar e ensino-aprendizagem. Sendo necessário, portanto, refletir quais são as relações estabelecidas entre a acessibilidade à informação e o novo

espaço urbano habitado por este jovem, cuja pesquisa exploratória elucidará para onde estas famílias foram transferidas, facilitando a compreensão das reais dificuldades enfrentadas por estes alunos em ter acesso a tecnologias digitais em suas escolas.

Segundo Abreu (2011), *“este distanciamento do centro não é apenas físico, é, antes disso social, ocasionando a reduzida acessibilidade ao consumo de bens, serviços, lazer.”* Acredita-se que há, em paralelo a este processo, uma restrição ao acesso de tecnologias educacionais que, assim como os serviços mencionados, são em geral, socialmente produzidos pelo Estado, estando primordialmente distribuídos nas áreas mais favorecidas da cidade, beneficiando – portanto – aqueles que nesta habitam.

Este modelo carioca de segregação residencial pode produzir impactos relevantes sobre os resultados escolares, tendendo a reduzir o acesso desses jovens a tecnologias digitais, onde de acordo com Assumpção e Mori (2006), a desigualdade social favorece a exclusão digital e esta, por sua vez, reforça a desigualdade social. A partir daí, afirmam ainda que os programas de inclusão digital devem ser estabelecidos de forma que:

A tecnologia seja utilizada na melhoria da qualidade de vida das pessoas, e não no aprendizado da informática isoladamente. Algumas sugestões neste sentido são o uso da tecnologia para solução de problemas básicos: saúde, saneamento, meio ambiente; formação de redes cooperativas entre pessoas com o uso da tecnologia; produção e circulação de informações locais, como jornais e outros veículos de comunicação comunitários; registro e difusão da cultura local por meio das tecnologias, entre outros. (ASSUMPCÃO E MORI, 2006, p. 10)

No entanto, existe o reconhecimento dos diferentes ritmos de expansão das novas tecnologias, fato que tornou realidade o que foi denominado brechas digitais. (WAISELFISZ, 2007). Aplicado inicialmente para indicar as distâncias de acesso digital que separam os países avançados dos restantes, foi crescendo a visão de que, mais significativas que aquelas, são as brechas e fraturas internas separando os que têm dos que não têm condições de acesso ao novo universo. Junto com isso, cresce também o entendimento de que, sem superar as fraturas internas, será impossível diminuir as distâncias que nos separam hoje dos países avançados. Estamos cientes de que esses avanços internos dependem de um grande conjunto de fatores. Por um lado, do crescimento econômico, dos progressos na equidade da distribuição da renda, da extensão dos benefícios sociais, culturais, educacionais aos setores da população historicamente excluídos. Mas também depende de corretos marcos regulatórios no campo das telecomunicações, que não discriminem áreas ou setores da população, da formação de capital humano especializado nessas novas tecnologias, da modernização tecnológica do aparelho produtivo, do setor comercial e de

serviços, da administração pública. E isso tem a ver, diretamente, com a existência de estratégias e políticas públicas de incorporação e expansão das redes de informação e de comunicação em condições de unificar a vontade pública e privada no salto para o futuro que nossas sociedades ainda devem dar.

É notório que a exclusão digital tem ligação direta com outras formas de desigualdade social e, de forma geral, as maiores taxas de exclusão se encontram nos setores de mais baixa renda. Autores como Rezende (2005) e Sorj (2003) afirmam que a desigualdade social no campo da comunicação é expressa tanto pela capacidade de acesso ao bem material como rádio, celular, televisão, internet, quanto pela capacidade que o usuário possui de retirar o máximo proveito possível das potencialidades oferecidas por cada instrumento de informação.

O problema da exclusão digital normalmente é precedido e acompanhado por outros graves problemas sócio-econômico-culturais, dentre estes: problemas educacionais, problemas de infraestrutura em telecomunicações, interesses políticos, entre outros. Em uma população carente de necessidades básicas, torna-se difícil demonstrar as aplicações e benefícios trazidos pela tecnologia.

Metodologia

A pesquisa de campo se realizará a partir da abordagem etnográfica (ANDRÉ, 1995; MATTOS, 2006; ERICKSON, 2009), cujos participantes primários serão estudantes de espaços geográficos afetados pelo processo de reestruturação urbana na cidade do Rio de Janeiro, ligados diretamente à mobilidade forçada. Pretende-se, reconstituir suas trajetórias residenciais e escolares, buscando compreender suas possíveis dificuldades de interação social no bairro e no ambiente escolar, dando ênfase à visão do aluno sobre seu acesso e permanência nas instituições escolares, assim o como seu acesso à tecnologia dentro das escolas. Para auxiliar este estudo, serão elaborados mapas que facilitem a visualização da espacialização dos fluxos residenciais e escolares dos grupos afetados pelo processo de remoção, mediante estudo exploratório inicial, através da imersão nas comunidades, com visitas as casas dos moradores resistentes e realização de entrevistas, visando compreender o processo de remoção. Esses mapas serão elaborados através do software ARCGIS, com a base de dados cartográficos fornecida pelos órgãos públicos IPP e IBGE.

A etnografia, como referencial de prática de pesquisa, norteou a investigação no sentido de se buscar captar do cotidiano da escola as vivências, interações e os significados que emergem das redes de relações que constituem a dinâmica da sala de aula. Já difundida no âmbito das pesquisas

qualitativas na área educacional, a etnografia busca significar os dados da pesquisa a partir da visão dos próprios participantes, contextualizando as análises a partir da cultura em que eles estão inseridos (MATTOS, 2006).

O projeto espera, através da imersão no campo, buscando captar a ótica e da voz do próprio participante da pesquisa, compreender como se dá o acesso a tecnologias digitais por estes jovens removidos de seus locais de moradia arbitrariamente, atentos ao contexto do seu deslocamento para áreas periféricas da cidade. Para isto, considera-se de fundamental importância, observar este jovem na sua rotina, dentro da escola, com seus colegas de classe, observando o seu contexto de inserção social e educacional.

“Considerando a cartografia (FRANCISCHETT, 2012) como instrumento metodológico de pesquisa, pretende-se desenvolver esta técnica junto aos alunos, buscando compreender, através de desenhos do seu próprio cotidiano, as relações e significações sobre questões relacionadas a processos de inclusão/exclusão social e digital.

Resultados e Discussão

A análise dos resultados está sendo realizada ao longo do período de desenvolvimento do projeto, a partir da discussão de todos os materiais coletados em reuniões regulares de supervisão e acompanhamento com a coordenadora Leticia Luna, do projeto: “Entre a casa e a escola: os efeitos da mobilidade residencial forçada sobre a experiência escolar de crianças e jovens na Região Metropolitana do Rio de Janeiro”(UERJ) No primeiro semestre de 2017, foi realizado de um seminário interno, com a participação dos colaboradores externos, a fim de debater todo material bibliográfico utilizado e avaliar os avanços e as dificuldades enfrentadas.

Iniciando a etapa do estudo exploratório, foi realizada, em Julho de 2017, realizei uma entrevista com uma aluna do bairro de Campo Grande (Zona oeste do Rio de Janeiro), que teve sua vida remodelada através do processo de remoção forçada do Morro da Formiga(Zona Norte), devido à falta de emprego e às altas taxas cobradas pela milícia para permanência no local, para Zona Oeste. A aluna evidenciou que não era a primeira vez que sua vida sofria impactos por tal ação, nos narrando que:

Com essa história de meus pais ficarem sempre desempregados, a gente sempre tinha de mudar de casa quando não dava mais pra pagar o aluguel. Então estudei em oito, nove escolas públicas (na cidade do Rio de Janeiro), ou seja, eu nunca terminei o ano inteiro em uma escola. Eu nunca tive aula de informática decente.

Eu ia ter aula de informática, no Brizolão, no 1º ano do Ensino Médio (Campo Grande, RJ), mas nunca funcionou porque a sala nunca estava aberta. Diziam que ia ter aula, mas essa aula nunca aconteceu. E como eu não tinha dinheiro para pagar um cursinho desses de R\$ 250, então nunca tive contato frequente. A internet não chegava à minha casa e mesmo assim era muito caro para ter uma rede, eu não podia exigir isso da minha mãe, o dinheiro pouco dava pra comer. Eu só tive contato (com computador) foi quando comecei a trabalhar de Jovem Aprendiz no centro do Rio mesmo. - Aluna do 2º ano do Ensino Médio.

Em agosto de 2017, foi realizado um minucioso trabalho exploratório na comunidade Metrô-Mangueira, visando investigar para onde algumas famílias foram levadas. Descobrimos, portanto, que a maior parte das pessoas foi deslocada para Cosmos (Zona Oeste) e para Triagem (Zona Norte). Nosso objetivo, visando a próxima etapa da pesquisa, é localizar estas famílias e, a partir daí, examinar e compreender como se realiza seu novo processo de inserção social, e principalmente se essas crianças estão tendo acesso à escola e utilizando tecnologias digitais no seu processo de ensino-aprendizagem.

Nesta ocasião, entrevistamos uma senhora chamada Maria, uma personagem que representa a resistência daquela comunidade, um símbolo de toda luta para manter as poucas casas restantes em pé. Essa senhora nos presenteou com a seguinte frase: “as favelas parecem ser um “câncer” para os poderosos, nós na verdade não estamos em área de risco, mas em uma “área de rico” e por isso a prefeitura pretende tirar todo mundo daqui”.

No contexto das atividades de pesquisa, no mês de setembro de 2017, realizei uma palestra com a temática “direito à cidade: uma análise da localidade Metrô Mangueira”, na UERJ – Maracanã. Explorando conceitos desenvolvidos por Henri Lefebvre, o objetivo foi desenvolver a discussão sobre a restrição de acesso desses moradores removidos arbitrariamente e sua relação com o processo de construção da cidade, onde pensar no direito à cidade - em analogia ao contexto do Rio de Janeiro - significa compreender a cidade como mercadoria de luxo, designada a um grupo de compradores de elite. Diante de tais circunstâncias, o direito à cidade (LEFEBVRE, 1969) se perde: por um lado, os cidadãos de baixa renda se veem cada vez mais distantes, em todos os aspectos, da centralidade urbana; por outro, eles têm cada vez menos participação e autonomia para decidirem os rumos da cidade, bem como seus próprios rumos, reforçando o processo de limpeza e isolamento social, acarretando no processo de exclusão social e tecnológica.

Em outubro de 2017, foi realizado o projeto “UERJ no campinho, na localidade Metrô-mangueira, cujo objetivo foi, através da cartografia escolar (FRANCISCHETT, 2002) entender os impactos dessa remoção forçada no cotidiano dessas crianças e tentar descobrir, através das falas dos adultos e crianças, para onde essas famílias foram levadas, tentando assim reconstituir suas trajetórias. Neste sentido, o presente projeto parte do pressuposto de que a política de remoções de assentamentos populares tem gerado não apenas o deslocamento residencial compulsório de um grande número de famílias para áreas geralmente distantes daquelas onde estavam originalmente estabelecidas, mas uma mudança abrupta também na relação destas famílias com os estabelecimentos públicos de ensino, uma vez que a mudança de endereço implica em utilizar os bens públicos e os equipamentos urbanos disponíveis no entorno.

De acordo com Perlman (1977), historicamente poucos residentes desses novos conjuntos habitacionais não ficam satisfeitos com a mudança obrigatória, devido à longa distância aos principais locais de trabalho, à deficiência dos transportes públicos, à ruptura dos laços afetivos desenvolvidos na região de origem e à má qualidade das habitações nos conjuntos. Esta remoção forçada dificulta o acesso de crianças e jovens a escolas de qualidade e mais que isso, estas remoções ignoram a questão afetiva do aluno com seu lugar, onde possivelmente realizava atividades variadas como: ir à igreja, brincar na rua, estudar na casa de colegas, utilizar alguma área de lazer específica, entre outras. Ao invés da participação direta destes alunos no que tange à construção dos espaços coletivos, verifica-se uma tendência à verticalização das ações, desprezando o direito à cidade, no tocante ao acesso à cidade, à escolha do local de moradia e ao uso igualitário dos espaços e serviços. Ao final do projeto, busca-se produzir um mapa-síntese das trajetórias residenciais e escolares de todos os casos pesquisados e organizar coletivamente uma publicação que apresente os resultados.

Conclusões

Diante do que foi abordado, enfatiza-se que a mobilidade residencial forçada pode causar sérios impactos na relação do aluno com o espaço urbano, “ressignificando” seus simbolismos, afetividades e identidades. Há, então, a necessidade de refletir sobre ação destes agentes reprodutores da desigualdade social urbana e de que forma as recentes remoções dificultam a relação do educando com a escola e com espaço vivido, impedindo a efetivação do seu “direito à cidade”, influenciando ou não no seu processo de ensino-aprendizagem, na socialização e no acesso às tecnologias digitais.



Referências Bibliográficas

ABREU, M. A. **A Evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 2011.

ASSUMPÇÃO, R.; MORI, C. **Inclusão digital: discursos, práticas e um longo caminho a percorrer**. 2006. Disponível em: <<http://www.inclusaodigital.gov.br/noticia/inclusao-digitaldiscursos-praticas-e-um-longo-caminho-a-percorrer>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

FRANCISCHETT, Mafalda Nesi. **A Cartografia no Ensino de Geografia: Construindo os Caminhos do Cotidiano**. Rio de Janeiro: Litteris, 2002. LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

MATTOS, **Estudos Etnográficos da educação: uma revisão de tendências no Brasil**. Educação em Foco (Juiz de Fora), v. 2, p. 39-57. 2006.

PERLMAN, J. **O mito da marginalidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

REZENDE, L. V. R. **O processo de alfabetização em informação inserido em projetos de inclusão digital: uma análise crítica**. 2005. Dissertação (Mestrado Ciência da Informação)- Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

SORJ, Bernardo. **Brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora; Brasília: UNESCO, 2003.

VALLADARES, L. P. **Passa-se uma casa: Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa das desigualdades digitais no Brasil**. Brasília: RITLA, Instituto Sangari, Ministério da Educação, 2007.